



## Interpelação Escrita

A partir da lista da composição do Conselho para a Renovação Urbana, divulgada pelo Governo da RAEM, verifica-se que cerca de metade dos seus membros provém do sector da construção civil e de outros afins, o que suscita forte oposição social por se entender que se trata de uma medida favorável ao sector empresarial, em particular, ao sector da construção civil. Recebi, portanto, muitas queixas sobre isto.

Na realidade, certos indivíduos são nomeados para assumir funções, ao mesmo tempo, em três ou quatro organizações consultivas e, sem quaisquer justificações, conseguem sempre a respectiva renomeação, ou a troca de lugar com membros de outras organizações consultivas. Consequentemente, é sempre o mesmo grupo de pessoas que é nomeado para as organizações consultivas do Governo. Tal regime tem sido alvo de crítica social e provocou o descontentamento da população.

Pelo exposto, proponho ao Governo que proceda à criação de um regime justo e racional de nomeação de membros para as diversas organizações consultivas. Por exemplo, a recomposição destas deve ter lugar em cada três anos e, no caso de faltarem as devidas justificações, não pode haver lugar a renomeação dos mesmos membros. Esta medida vai contribuir para elevar a transparência, a par de permitir que mais jovens concretizem a participação política, impulsionando e incentivando os talentos, em particular os jovens, a progredirem.

Actualmente, é bastante difícil para os jovens concretizarem a participação



política, excepto aqueles que são membros das famílias de renome ou os que provêm das associações tradicionais com determinado *background*. Esta situação não é, de facto, nada saudável, visto que os jovens são impedidos de participar na política.

**Assim sendo, interpelo o Governo, solicitando que me sejam dadas respostas, de uma forma clara, precisa, coerente, completa e em tempo útil, sobre o seguinte:**

1. Em relação à nomeação dos membros do Conselho para a Renovação Urbana, em que critérios ou princípios se baseou o Governo? Porque é que tal nomeação foi favorável ao sector empresarial, em particular, ao sector da construção civil? Com vista a evitar o conluio entre o Governo e os empresários, bem como os trabalhos à porta fechada, de que medida dispõe o Governo para elevar a transparência do referido Conselho?
2. Quanto às organizações consultivas do Governo, a sobreposição estrutural, a nomeação do mesmo grupo de pessoas, a falta de efeito e o desperdício do erário público têm sido alvo de críticas. O Governo deve considerar criar um regime de nomeação uniformizado e são, para salvaguardar a plena mobilidade e actualização dos membros das várias organizações consultivas, a fim de que as exigências da população sejam efectivamente ouvidas. Vai o Governo fazer isto?
3. Actualmente, os membros das diversas organizações consultivas do Governo são, maioritariamente, ligados às associações tradicionais ou ao sector empresarial, e esta situação impossibilita a participação política dos



澳門特別行政區立法會  
Região Administrativa Especial de Macau  
Assembleia Legislativa

(Tradução)

jovens. Por um lado, o Governo tem preconizado a progressão juvenil, mas, por outro, definiu muitas limitações que impedem os jovens de concretizar a participação política. Trata-se isto de uma contradição. É ou não é? O Governo deve contar, também, com a participação de jovens nas diversas organizações consultivas. Vai o Governo fazer isto?

08 de Abril de 2016

**O Deputado à Assembleia Legislativa da  
Região Administrativa Especial de Macau,  
José Pereira Coutinho**